

AS UTOPIAS NA EUROPA MODERNA: UMA ABORDAGEM POLÍTICA

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira
IUPERJ / UFOP

Resumo: Este artigo analisa duas obras publicadas por volta da Idade Moderna na Europa: *Terra de Cocanha* e *Utopia*. Aqui é proposta a abordagem política dessas obras, procurando-se avaliar as concepções nelas formuladas de ordem social, de comportamento socialmente responsável e de justiça, tendo como pano de fundo o peso da estrutura social européia no período assinalado.

Palavras-chave: Europa moderna, utopia, política, ordem social.

Abstract: This article analyses two works published in European Modern History: *Land of Cockayne* and *Utopia*. It is proposed a political treatment for the study of this works, evaluating its conceptions of social order, responsibly social comportment and justice, in the contest of the European social structure of this period.

Key words: Modern Europe, Utopia, politics, social order.

Introdução

O termo *utopia* originou-se de uma famosa obra de Thomas Morus (1478-1535), intitulada *Utopia*¹ e que foi escrita, em latim, entre 1515 e 1516, na cidade de Louvain. Um fato interessante marca as edições dessa obra, que só em 1551 foi publicada em inglês, quando o autor já estava morto: Thomas Morus foi de-

capitado, sob a acusação de traição, por ordem de Henrique VIII, em 1535, por ter discordado dos rumos religiosos que o monarca estava querendo imprimir na sociedade inglesa; tal atitude valeu a Thomas Morus a canonização em 1935.

Utopia, segundo o autor, designava um lugar, ou melhor, uma ilha cuja localização era desconhecida e onde se encontrava uma sociedade considerada perfeita no que tange as concepções de justiça social e liberdade individual. O impacto da sociedade descrita por Thomas Morus foi impressionante, a ponto de ter contribuído para a criação de um termo utilizável em diferentes perspectivas do pensamento social. De acordo com José Ferrater Mora, no seu *Diccionario de filosofia*², utopia corresponde à descrição de uma sociedade supostamente perfeita em todos os sentidos, e uma sociedade utópica, segundo Ferrater Mora, seria uma sociedade perfeita na medida em que não fosse suscetível nem ao progresso nem à melhoria. Já de acordo com Karl Mannheim, em *Ideologia e utopia* (1929), o termo assume uma conotação mais contestatória, ligada à estrutura das relações sociais, que indicam o campo onde se desenvolvem as aspirações humanas referentes às melhores condições existenciais para si. Com Mannheim, os estudos dedicados à questão da utopia encontraram uma das principais contribuições sociológicas, preocupadas em dar uma conotação ideologizada às formulações engendradas por diferentes grupos sociais.

Mas se a aplicação do termo remonta ao século XVI, as perspectivas de realizações de esperanças de redenção e melhoria das condições de vida são mais antigas, e no espaço de tempo da história medieval e moderna da Europa ocidental encontram-se alguns registros expressivos dessas manifestações. Entre as que poderiam ser aqui listadas, destaca-se um poema inglês do século XIV intitulado *The land of Cokaygne* — no francês, *Cocagne* e no espanhol, *Cucaña*; no português encontra-se o termo *cocanha*, referente a uma brincadeira constante nas festas juninas, o *Mastro de cocanha*, ou o *Pau de sebo*, onde se colocam prêmios destinados àqueles que conseguem escalá-lo. O poema aqui chamado de "O país da Cocanha" é uma obra com duzentos versos aproximadamente e que no conjunto descrevem um paraíso existente na Terra, uma "ilha de mágica abundância", lugar da alegria e da paz - de acordo com A.L.Morton, autor de *The english utopia*, publicado em espanhol sob o título *Las utopias socialistas*³.

A análise das duas obras - *Utopia* e *A terra de Cocanha* - pode ser um exercício interessante de comparação não só das perspectivas de sociedade ali presentes, como também dos tipos

de análises políticas empreendidos nas obras. O segundo caminho apontado, isto é, a análise de obras utópicas dentro de uma abordagem política, justifica-se plenamente quando se propõe o estudo do caráter programático existente nas suas definições, caso possam ser caracterizadas enquanto tentativas de edificação de uma ordem social, cujo eixo de ação está centrado no plano ético. Portanto, a possibilidade de se efetivar uma investigação enfocada na forma como determinada obra elaborou uma ordem coletiva, percebida como uma resultante das ações empreendidas entre um ou mais indivíduos ali presentes, representa um poderoso estímulo aos estudos históricos e políticos que tomam como campo de investigação a sociedade européia nos períodos medieval e moderno. Afinal, independente da filiação estrutural do pensamento elaborado, uma vez que ele preconiza um modo mais adequado de agir entre uma coletividade humana, estará, indubitavelmente, promovendo um ideal programático a ser seguido pelo conjunto dos homens. Neste sentido, uma obra assim estruturada pode ser analisada dentro dos marcos conceituais da teoria política, contribuindo também para o aprofundamento de estudos na área da história política, objetivo deste trabalho.

A Terra de Cocanha, ou o Paraíso Terrestre

Segundo a classificação de A.L.Morton, o país da Cocanha é uma utopia popular, já que o poema editado no século XIV na Inglaterra seria uma das diversas versões compiladas do domínio popular europeu. Morton alerta ser "inútil" a tentativa de se tentar fixar as origens dessas versões, sendo suficiente a percepção do poema inglês como "ponto de referência" das aspirações populares⁴. Mas onde se encontram essas aspirações? O enforque deve ser centrado nos camponeses, setor social majoritário.

Em primeiro lugar, Cocanha é descrita como a terra da abundância. Há ali construções cujos pilares são feitos de cristal, bem como os vidros existentes. Existem abadias cujos muros são feitos de pastas de trigo, os rios são de azeite, leite, mel ou vinho, a qualquer instante voam gansos devidamente assados e que se anunciam assim: "gansos quentinhos, gansos quentinhos..."⁵ Como se percebe claramente, um traço característico da abundância em Cocanha é a extrema facilidade com que são adquiridos os bens desfrutáveis, representando uma segunda fonte de aspirações. Não se trabalha para a obtenção do benefício, pega-se. Um lugar onde voam gansos assados que se anunciam prazerosamente à

comilança, onde correm rios de todos os sabores e onde crescem árvores de especiarias (raíz feita de gengibre, flores de noz moscada, a casca de canela e os frutos de cravos) não é o mais apropriado para a edificação de um ascetismo laico, centrado na valorização do trabalho. Ao contrário, a época em que se insere esse poema foi de um predomínio absoluto do meio de vida rural sobre o urbano, com baixíssimas condições de vida e de alimentação não só para o continente europeu como para a Inglaterra. O quadro social inglês era dominado pelas relações sociais e econômicas sediadas na estrutura agrária, onde se desenvolvia uma forma mais acentuada de controle tanto do trabalho quanto da valorização do mesmo, com prejuízos para a população camponesa, como foi bem destacado por A.L.Morton:

*"(...) parece evidente que em um mundo onde a sorte da maioria consistia em trabalhar incessantemente, quase sem retribuição, uma utopia que não promettesse o descanso e a ociosidade seria considerada lamentavelmente deficiente."*⁶

Na conclusão da obra está registrada a forma pela qual se pode atingir esse paraíso, e que serve de reforço à hipótese de uma aspiração camponesa quanto aos meios mais adequados de aquisição dos gêneros de necessidade e também de prazer. Segundo os versos, para se entrar em Cocanha teria que se passar por uma penitência de ficar sete anos submerso na poeira da terra, enterrado até o queixo. Há um recado direto contra o senhorio feudal, sustentando a necessidade de tal provação para se poder alcançar tal paraíso. Um outro dado ainda se pode incluir, que é a menção de que entre jovens e velhos, fortes e débeis e tímidos e audazes tudo lhes seria comum, sem disputas. Ou seja, indícios evidentes de uma propriedade comunal baseando as relações sociais acima delineadas. Portanto, Cocanha seria o país dos desafortunados que enfim encontraram a sua recompensa: consumir o máximo possível com o mínimo de esforço. As disputas, rixas e dívidas não existiriam na medida em que a natureza se apresenta aqui da forma mais perfeita possível, em íntima sintonia com as aspirações dos seus eleitos habitantes. Seguindo a definição de Ferrater Mora, Cocanha pode ser vista como uma utopia em razão de seu estado perfeito, não passível de melhoria alguma, especialmente no tocante ao item fundamental da existência humana, de acordo com as aspirações da obra, que é o da abundância alimentícia, com todos os sabores disponíveis à saciedade geral. Estudando o quadro estrutural assim edificado, fica uma nítida impressão de que se está diante de uma agregação humana, em estado pré-social. Não se vislumbra a construção de um estado de direito, mas de um local onde impera a plena posse de todos os

benefícios constantemente oferecidos pelo meio ambiente. A lógica edificadora das relações entre os homens e a natureza é a da abundância, suficiente, de acordo com as aspirações nela inseridas, para impedir a geração de um estado injusto e privatista. A conduta empreendida por cada indivíduo será de aguda liberalidade, sem preocupações quanto à possibilidade de se apropriar de algo alheio, ou de sofrer tal tipo de agressão. Não há o que para ser apropriado injustamente, isto é, em detrimento de alguém. Há de tudo para todos, em dose infindável. A dimensão do político, portanto, acaba.⁷

A Utopia de Thomas Morus, ou a Incessante Ação Humana

Diferente é a situação após dois séculos. Em 1516, Thomas Morus lança o seu projeto de sociedade através da fábula da Utopia. O autor teve uma brilhante carreira política na Inglaterra, tendo sido membro do Parlamento e Lorde Chanceler em 1525, dez anos antes de sua execução sob as ordens de Henrique VIII. O teor da obra aqui analisada é radicalmente diferente da anterior (O país da Cocanha). Utopia é, acima de tudo, uma **república**, uma forma de governo pensada para a gerência adequada e justa de uma ordem social, pensada de modo bem diferente do agregado humano de Cocanha. Na Utopia⁸, a ordem social se estrutura em pressupostos éticos rígidos. Todos os habitantes, salvos os sábios, têm a obrigação de trabalhar, único meio de se justificar o desfrute dos produtos gerados pelo trabalho. Isto porque cada um de seus habitantes é um agente produtivo utilizado, o que aponta para um estado de plena efetivação do potencial humano para o trabalho. O desenvolvimento desse suposto leva a um outro fator que distingue o pensamento de Thomas Morus do poema de Cocanha, que se refere à funcionalidade da ordem social de Utopia. Segundo o autor, Utopia tinha magistrados e príncipes eleitos, responsáveis pelo governo. E havia também servos em Utopia, cuja presença denota a preocupação quanto ao comportamento socialmente responsável de cada indivíduo em relação ao quadro social. A condição da servidão seria imposta àqueles habitantes que haviam cometido algumas delinquências ou faltas graves, enfatizando a preocupação do autor sobre o comportamento humano, que deve ser controlado para a boa manutenção da ordem edificada. Aqui fica mais que evidente o conteúdo programático

da obra. Mesmo carregado de um conteúdo moralista, Morus pretende mostrar um nível institucional e procedimental do bom governo das ações humanas. Em vez de torturar ou matar os delinquentes, por que não educá-los com o melhor instrumento para a compreensão do que é uma boa ação: o trabalho? Ao contrário do que é vislumbrado no país da Cocanha, de que o trabalho seria uma peça quase inexistente na coletividade humana, o trabalho é entendido por Thomas Morus como um fim, um modo de vida responsável e produtivo, sustentador da harmonia que revitaliza o contrato social utópico. Haveria sempre, de acordo com o potencial das relações humanas, a probabilidade de que más ações fossem geradas dentro da sociedade, o que pedia a existência de uma legislação específica bem como a prática de relações sociais educadoras, como a convivência entre jovens e velhos, ou a dedicação aos estudos pela maior parte do povo.

Consequentemente, *Utopia* se constitui em um brado reformista da sociedade inglesa, lançado por um espírito burguês e aristocrático, que se mostrou bastante influenciado pela leitura da *República*⁹ de Platão, notadamente nos pressupostos de justiça funcional presentes no ideal de uma boa ordem social. A responsabilidade pela permanência perfeita do estado utópico é de cada habitante do país, que não obstante o fato de querer e poder ser feliz, deverá sê-lo sem ferir um pressuposto social básico: não provocar nenhum mal a outro em decorrência de uma determinada ação. Em que pese o fato do autor, ao contrário de Platão, não ter estruturado a explicação de sua sociedade ideal em pressupostos éticos claros (presentes na definição platônica de justiça), isso não impede, por sua vez, que se possa destacar os preceitos básicos de uma boa conduta social defendidos por Thomas Morus.

Em primeiro lugar, a ética do trabalho. Os bens necessários à reprodução da vida humana são alcançáveis mediante o labor de cada um de seus habitantes, salvos aqueles dedicados às investigações do espírito. Há para todos, desde que se trabalhe.

Em segundo lugar, a conduta social de cada habitante deve ser discreta, morigerada, sem ostentação. Uma conduta efetivamente ascética, preocupada com a satisfação das necessidades práticas da existência, e não com as referente ao luxo e à ostentação.

Em terceiro, a vigilância frente às ações prejudiciais à manutenção de uma ordem social justa, como os pequenos furtos, a ganância, as ações facciosas e feitas às escondidas. Há aqui uma clara preocupação em dar à ordem social uma prevalência sobre a conduta individual, exatamente o oposto ao apresentado no poema O

país da Cocanha, razão pela qual se pode afirmar o estado pré-social representado no poema.

Finalmente, a preocupação quanto ao exercício adequado de suas funções na sociedade, cuja não observância pode levar à degradação social. Não deixa de ser interessante como que os marcos de uma sociedade estamental se misturam com os preceitos liberais-éticos que afirmam que a base de uma boa sociedade reside na combinação adequada das ações individuais que se tornam assim as responsáveis principais pela manutenção desse estado. A república de Thomas Morus funda-se nesse princípio, mas admite, em contrapartida, a legitimação de um status social e político diferenciado e em escala hierárquica, elementos típicos das sociedades de "Antigo Regime" tão características do período moderno.

Portanto, a análise do poema *O país da Cocanha* e da *Utopia* como obras de caráter idealista e propugnadores de um modo de vida justo e feliz entre os homens permite estabelecer os graus diversos por onde se canalizam as esperanças quanto às melhorias desejadas e capazes de se perpetuarem na sua plenitude. Enquanto no primeiro se estrutura uma descrição paradisíaca em estado natural, com a mínima intervenção humana, no segundo já se procede a uma operação artificiosa, de responsabilidade humana, definidora de uma segunda natureza pensada como o instrumento mais adequado à consecução da melhoria das condições de vida. Em torno dessa preocupação se podem agrupar diversas obras escritas no decorrer dos séculos, como a *República*, de Platão, o *Leviatã*, de T. Hobbes¹⁰, *O contrato social*, de J. J. Rousseau¹¹ e todas as obras políticas centradas na discussão sobre a capacidade humana de gerenciar os seus conflitos contra a natureza e, principalmente, contra si mesma. Nessas obras sobressai o papel da razão, do conhecimento deduzível e provável, apresentada como o instrumento fundamental para a edificação de um estado de direito, amparado em regras universais e, portanto, acessíveis a qualquer espírito devidamente preparado. Enquanto no *país da Cocanha* sobressai o elemento mágico, indomável e, conseqüentemente, a ação irresponsável do homem na história, na *Utopia* já se percebe a vigência dos pressupostos do pensamento iluminista, cuja marca principal reside na defesa da capacidade humana de conhecer, discutir e elaborar, objetivamente, meios e instrumentos de intervenção conscientes e responsáveis das diversas realidades que compõem o campo do conhecimento, entre os quais se apresenta a realidade social.

Nessa medida, o termo utopia pode ser entendido como um conteúdo programático, fundado em preceitos éticos sustentadores

de uma ordem coletiva justa, onde cada um se percebe como um dos seus artífices na exata proporção de seus conhecimentos. O termo utopia coloca a capacidade humana de intervenção responsável sobre a realidade - ou seja, predizível, discutível e comprovatória - como o seu foco principal de discussão, podendo inclusive ser confundida com a mesma.

No momento em que se discute uma "crise das ideologias" ou de utopias não deixa de ser importante se voltar para a fonte do termo e compará-la com uma outra forma de se pensar o futuro humano mais desejado. De um lado, aspirações sociais que se amparam em uma visão fantástica de harmonia e abundância, cujo alcance não é explicado, mas simplesmente constatado e apanhado. De outro, aspirações sociais que sofrem a intervenção de um processo argumentativo e programático, que formula o melhor meio de se empreender uma determinada ação. No primeiro, não se está apenas diante de um estado pré-social, mas também de um estado não-racionalizado. Afinal, se um certo dia aparecerem gansos assados, voando e berrando para serem comidos, é sinal de que não se deve pensar muito nem discutir alhures, mas tratar de apanhar o máximo possível que se ponha ao alcance de suas mãos. Até lá, talvez seja mais prudente e responsável esforçar-se na preparação educacional, a fim de promover as formas mais adequadas, ou justas, de gerenciamento das relações sociais, possibilitando a edificação de um estado de direito efetivamente democrático, em que se abra a cada um a capacidade e a possibilidade de compreender os processos sociais e, conseqüentemente, neles intervir de modo mais justo, isto é, mais racional, vale dizer, com responsabilidade.

Bibliografia

1. HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou, Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
2. MORA, José Ferrater. *Diccionario de Filosofia de Bolsillo*. Madrid: Alianza Editorial, 1989, p.743.
3. MORO, T. "Utopía" in: MORO, T.; CAMPANELLA, T. & BACON, F. *Utopías del Renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, pp.37-140.

4. MORO, T. "Utopía" in: MORO, T.; CAMPANELLA, T. & BACON, F. *Utopías del Renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, pp.37-140.
5. MORTON, A.L. *Las Utopías Socialistas*. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1970, p.13.
6. PLATÃO. *A república*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
7. REIS, Fábio Wanderley "A delimitação do 'político' nos trabalhos sobre partidos, eleições e crise institucional" em: *Ciências sociais hoje - Estado, participação política e democracia*, nº 3, 1985, São Paulo: ANPOCS - CNPq,
8. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Notas

1. MORO, T. "Utopía" in: MORO, T.; CAMPANELLA, T. & BACON, F. *Utopías del Renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, pp.37-140.
2. MORA, José Ferrater. *Diccionario de Filosofia de Bolsillo*. Madrid: Alianza Editorial, 1989, p.743.
3. MORTON, A.L. *Las Utopias Socialistas*. Barcelona: Ediciones Martinez Roca. 1970, p.13.
4. MORTON, A.L. *Las Utopias Socialistas*, p.12.
5. MORTON, A.L. *Las Utopias Socialistas*, p.16.
6. MORTON, A.L. *Las Utopias Socialistas*, p.17.
7. Segue-se aqui a precisa definição do "político", em feita por REIS, Fábio w. "O político é o que tem a ver com a escassez engendrada pela coexistência - o que abarca, no sentido convencional destas expressões, o 'econômico', o 'político', o 'social', o 'religioso' e o que seja como fontes de divergências ou conflito." In: REIS, Fábio Wanderley "A delimitação do 'político' nos trabalhos sobre partidos, eleições e crise institucional" em: *Ciências sociais hoje - Estado, participação política e democracia*, nº 3, 1985, São Paulo: ANPOCS - CNPq, p. 128.
8. Todos os trechos subsequentes e que se referem à obra de Thomas Morus, foram retirados da leitura de: MORO, T. "Utopia" in: MORO, T.; CAMPANELLA, T. & BACON, F. *Utopias del Renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, pp.37-140.

9. PLATÃO. *A república*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

10. HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou, Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

11. Rousseau, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Endereço do Autor
Rua Maranhão, 1.190 / 1.002 - Funcionários
30150-331 - Belo Horizonte - MG